



Prefeitura Municipal de Ibiracú

Estado do Espírito Santo

ANEXO ÚNICO

TABELA 01
(A QUE SE REFERE O ART. 78, CAPUT E § 2º)

TABELA 1 DE SALÁRIO DOS PROFESSORES COM PROPOSTA DE 5% DE REAJUSTE																
NÍVEL	PADRÃO	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15
I	Magistério	1.933,29	1.971,95	2.011,40	2.051,63	2.092,66	2.134,51	2.177,20	2.220,74	2.265,15	2.310,46	2.356,67	2.403,81	2.451,88	2.500,92	2.550,93
II	Graduação	2.126,62	2.169,15	2.212,53	2.256,79	2.301,92	2.347,96	2.394,91	2.442,81	2.491,67	2.541,50	2.592,33	2.644,18	2.697,06	2.751,01	2.806,03
III	Pós-Graduação	2.445,60	2.494,51	2.544,40	2.595,29	2.647,20	2.700,14	2.754,14	2.809,22	2.865,41	2.922,72	2.981,17	3.040,79	3.101,61	3.163,64	3.226,91
IV	Mestrado	2.934,73	2.993,42	3.053,30	3.114,36	3.176,65	3.240,17	3.304,98	3.371,08	3.438,50	3.507,27	3.577,42	3.648,97	3.721,95	3.796,38	3.872,32
V	Doutorado	3.668,43	3.741,79	3.816,63	3.892,96	3.970,83	4.050,24	4.131,25	4.213,87	4.298,14	4.384,11	4.471,79	4.561,23	4.652,46	4.745,51	4.840,42

CORREÇÃO SALARIAL ANUAL

A correção salarial e a data base será a que for estabelecida pelo MEC – Ministério da Educação

ANUÊNIO

Será de 1,00% (um por cento) por ano trabalhado.

PROGRESSÃO – AVALIAÇÃO

A cada 02 (dois) anos (biênio) o Profissional será avaliado, conforme critérios estabelecidos, em caso de aprovação terá valor de 2,0% acrescido em seus vencimentos.

ULTIMOS ANOS QUE ANTECEDEM A APOSENTADORIA (PPA – PERÍODO DE PRÉ-APOSENTADORIA) IDADE E/OU TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO

Nos últimos cinco anos que antecedem o período aquisitivo de aposentadoria o Profissional terá acréscimo de 2,0% (dois por cento) incorporando em seus vencimentos, para cada ano de trabalho.



Prefeitura Municipal de Ibiracú

Estado do Espírito Santo

TABELA 02
(A QUE SE REFERE O ART. 78, CAPUT E § 2º)

TABELA 2 DE SALÁRIO DOS PROFESSORES COM PROPOSTA DE 5% DE REAJUSTE																
NÍVEL	PADRÃO	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15
I	Magistério	1.933,29	2.000,96	2.070,99	2.143,47	2.218,50	2.296,14	2.376,51	2.459,69	2.545,78	2.634,88	2.727,10	2.822,55	2.921,34	3.023,58	3.129,41
II	Graduação	2.126,62	2.201,05	2.278,09	2.357,82	2.440,34	2.525,75	2.614,16	2.705,65	2.800,35	2.898,36	2.999,80	3.104,80	3.213,47	3.325,94	3.442,34
III	Pós-Graduação	2.445,60	2.531,19	2.619,78	2.711,48	2.806,38	2.904,60	3.006,26	3.111,48	3.220,38	3.333,10	3.449,76	3.570,50	3.695,46	3.824,81	3.958,67
IV	Mestrado	2.934,73	3.037,44	3.143,76	3.253,79	3.367,67	3.485,54	3.607,53	3.733,79	3.864,48	3.999,73	4.139,73	4.284,62	4.434,58	4.589,79	4.750,43
V	Doutorado	3.668,43	3.796,82	3.929,71	4.067,25	4.209,60	4.356,94	4.509,43	4.667,26	4.830,62	4.999,69	5.174,68	5.355,79	5.543,25	5.737,26	5.938,06

CORREÇÃO SALARIAL ANUAL

A correção salarial e a data base será a que for estabelecida pelo MEC – Ministério da Educação

ANUÊNIO

Será de 1,00% (um por cento) por ano trabalhado.

PROGRESSÃO – AVALIAÇÃO

A cada 03 (três) anos (triênio) o Profissional será avaliado, conforme critério estabelecido, em caso de aprovação terá valor de 3,5% acrescido em seus vencimentos.

ULTIMOS ANOS QUE ANTECEDEM A APOSENTADORIA (PPA – PERÍODO DE PRÉ-APOSENTADORIA) IDADE E/OU TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO

Nos últimos cinco anos que antecedem o período aquisitivo de aposentadoria o Profissional terá acréscimo de 2,0% (dois por cento) incorporando em seus vencimentos, para cada ano de trabalho.



PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIRACU

**ESTIMATIVA DO IMPACTO ORÇAMENTÁRIO-FINANCEIRO
(Lei Complementar nº 101 de 04 de maio de 2000)**

Ao Gabinete do Prefeito

ANEXO - I

DISPÕE SOBRE A ESTIMATIVA DO IMPACTO ORÇAMENTÁRIO - FINANCEIRO EM CUMPRIMENTO AO ESTABELECIDO NOS ARTIGOS 15, 16, 17 E 21 DA Lei Complementar nº 101/2000, REFERENTE AO PROJETO DE LEI QUE DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE REAJUSTE SALARIAL DOS PROFISSIONAIS DO MAGISTÉRIO DO MUNICÍPIO DE IBIRACU, PARA O EXERCÍCIO DE 2022.

CONSIDERANDO que os atos de criação ou aumento de despesa deverão estar sempre acompanhados da estimativa do impacto orçamentário-financeiro, na forma de que tratam os arts. 16 e 17 da Lei Complementar nº 101/00 (Lei de Responsabilidade Fiscal),

CONSIDERANDO que qualquer aumento de despesa requer adequação orçamentário-financeira com a lei orçamentária e com as metas de resultados fiscais previstas na lei de diretrizes orçamentárias,

CONSIDERANDO que poderá ser irregular, não autorizada e lesiva ao patrimônio público a geração de despesa que não atenda às condições da Lei de Responsabilidade Fiscal, acarretando maiores responsabilidades para o ordenador de despesas,



PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIRACU

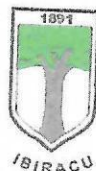
CONSIDERANDO que a Secretaria Municipal de Educação requereu a apresentação de impacto orçamentário-financeiro referente a concessão de reajuste salarial de 5,00% aos profissionais do magistério para o exercício de 2022,

CONSIDERANDO que a Súmula Vinculante nº. 42 STF não permite a vinculação de índices federais de correção monetária à reposição de vencimentos dos servidores municipais, e que a municipalidade só deve conceder reposição e/ou aumento de vencimentos, se os estudos demonstrarem capacidade de pagamento e o devido enquadramento aos índices de gastos, sem proporcionar risco de infringir a LRF, em virtude de qualquer mudança no cenário econômico-financeiro do País, venha afetar diretamente os cofres do município,

CONSIDERANDO que o IPCA acumulado dos 12(doze) últimos meses, com data referência janeiro de 2021 até dezembro de 2021 apurado pelo IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) do Governo Federal foi de 10,06%, declaramos:

O presente relatório de impacto visa atender ao disposto na Constituição Federal (Art. 169) e Lei Complementar nº 101/00 (Art's. 16 e 17), no que se refere à concessão de benefício e assunção de despesa de caráter continuado. Os valores propostos compreendem o pagamento de doze parcelas de salário, décimo terceiro salário, adicional de férias, encargos, dentre outras despesas de pessoal, cuja previsão de despesa foi calculada com base no atual quadro de servidores do município de Ibiracu, não sendo objeto do presente estudo, a elevação do quadro de permanente de servidores municipais. As estimativas e projeções constantes do presente relatório, foram elaboradas com base nas projeções e simulações dos registros contábeis da folha de pagamento encaminhada mensalmente pela gerência de Recursos Humanos do município de Ibiracu-ES, para contabilização.

O cálculo envolve o levantamento dos custos dos cargos e suas respectivas vagas ocupadas, com a concessão de reajuste salarial anual dos profissionais do magistério que atuam na educação de 5,00%. Os cargos comissionados foram considerados



PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIRACÚ

integralmente. O custo patronal para os cargos comissionados e contratados está estimado em 22% (Vinte e dois por cento), visto que ambos são contribuintes obrigatórios do Regime Geral de Previdência Social.

Para o exercício de 2022, estimamos que a aplicação da Revisão Salarial Anual de 10,18% para os profissionais do magistério, conforme requerido, irá gerar um acréscimo anual de aproximadamente R\$ 834.027,04. No levantamento do valor acrescido no gasto com pessoal, foram considerados todos os encargos sociais incidentes sobre os vencimentos dos servidores municipais, conforme a seguir:

Descrição	Normal Sem Reajuste Média	Com Reajuste 5,00%	Acréscimo Folha
Folha Magistério	525.000,00	551.250,00	26.250,00
Encargos	105.000,00	110.250,00	5.250,00
TOTAL	630.000,00	661.500,00	31.500,00
TOTAL ANUAL (13,3 = 12 + 1/3 Férias + 13º)	8.379.000,00	8.797.950,00	418.950,00

Em relação a 2018, o gasto total com pessoal foi de R\$ 17.072.099,55, que com base em uma receita corrente líquida de 2018 de R\$ 37.333.060,26, gerou um índice de gasto com pessoal de 45,73%, limite este inferior ao limite máximo de gasto com pessoal estabelecido no art. 20 da LRF que é de 54%, abaixo do limite prudencial estabelecido através do Parágrafo Único do art. 22 da LRF que é de 51,30% e abaixo do limite para emissão de parecer de alerta pelo Tribunal de Contas dos Estados, que é de 48,60, conforme Inciso II, parágrafo 1º, do art. 59 da LRF.

Em 2019, o gasto total com pessoal foi de R\$ 19.883.758,49, que com base em uma receita corrente líquida de 2019 de R\$ 44.847.654,98, gerou um índice de gasto com pessoal de 44,34% limite este inferior ao limite máximo de gasto com pessoal estabelecido no art. 20 da LRF que é de 54%, inferior ao limite prudencial estabelecido através do Parágrafo Único do art. 22 da LRF que é de 51,30% e inferior ao limite para emissão de parecer de alerta



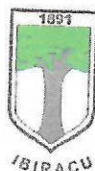
PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIRACÚ

pelo Tribunal de Contas dos Estados, que é de 48,60, conforme Inciso II, parágrafo 1º, do art. 59 da LRF.

Em 2020, o gasto total com pessoal foi de R\$ 21.225.532,71, que com base em uma receita corrente líquida de 2020 de R\$ 48.400.198,31, gerou um índice de gasto com pessoal de 43,85% limite este inferior ao limite máximo de gasto com pessoal estabelecido no art. 20 da LRF que é de 54%, inferior ao limite prudencial estabelecido através do Parágrafo Único do art. 22 da LRF que é de 51,30% e inferior ao limite para emissão de parecer de alerta pelo Tribunal de Contas dos Estados, que é de 48,60, conforme Inciso II, parágrafo 1º, do art. 59 da LRF.

Em 2021 o gasto total com pessoal foi de R\$ 22.384.822,70, que com base em uma receita corrente líquida de 2021 de R\$ 61.799.488,64, gerou um índice de gasto com pessoal de 36,22% limite este inferior ao limite máximo de gasto com pessoal estabelecido no art. 20 da LRF que é de 54%, inferior ao limite prudencial estabelecido através do Parágrafo Único do art. 22 da LRF que é de 51,30% e inferior ao limite para emissão de parecer de alerta pelo Tribunal de Contas dos Estados, que é de 48,60, conforme Inciso II, parágrafo 1º, do art. 59 da LRF.

Para 2022, a estimativa é de que a receita corrente líquida não apresente crescimento significativo, sendo pouco superior a apurada em 2021, o que irá gerar uma previsão de arrecadação de R\$ 66.125.452,84. No que se refere ao gasto com pessoal, estimamos que a despesa total, calculada com base na série histórica dos últimos meses, no crescimento vegetativo da folha de pagamento, irá gerar um montante de gasto com pessoal de aproximadamente R\$ 25.686.537,20, resultando em um percentual de 38,85%, índice este inferior ao limite máximo de gasto com pessoal estabelecido no art. 20 da LRF que é de 54%, inferior ao limite prudencial estabelecido através do Parágrafo Único do art. 22 da LRF que é de 51,30%, e inferior ao limite para emissão de parecer de alerta pelo Tribunal de Contas dos Estados, que é de 48,60, conforme Inciso II, parágrafo 1º, do art. 59 da LRF.



PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIRACÚ

Ressaltamos que os cálculos por nós efetuados levaram em consideração ÚNICA E EXCLUSSIVAMENTE a concessão do reajuste salarial anual dos profissionais do magistério de 5,00%, sendo que os estudos de impacto orçamentário-financeiro foram projetados com base na mesma quantidade de funcionários existentes no mês de julho de 2022. Além do exposto, o presente estudo foi realizado prevendo não somente o aumento geral anual, mas também o crescimento vegetativo da folha de pagamento ocorrido nos últimos exercícios, composto principalmente dos acréscimos gerados pelos benefícios legais e pequenas oscilações que ocorrem no quantitativo de servidores, ocasionado pelo aumento da demanda de serviços ofertados pelo município à população.

Para o exercício de 2023, a estimativa é de que a receita cresça em torno de 8,00%, caso o cenário econômico não se agrave mais, atingindo o montante de R\$ 71.415.489,07 e o gasto estimado com pessoal poderá atingir o montante de R\$ 28.194.490,93, com base em um crescimento de 8,00%, resultando em um percentual de 39,48%, índice este, inferior ao limite máximo de gasto com pessoal estabelecido no art. 20 da LRF que é de 54%, inferior ao limite prudencial estabelecido através do Parágrafo Único do art. 22 da LRF que é de 51,30% e inferior ao limite máximo para emissão de parecer de alerta pelo Tribunal de Contas dos Estados, que é de 48,60, conforme Inciso II, parágrafo 1º, do art. 59 da LRF.

Para o exercício de 2024, a estimativa é de que a receita cresça em torno de 7,00%, caso o cenário econômico não se agrave mais, atingindo o montante de R\$ 76.414.573,31 e o gasto estimado com pessoal poderá atingir o montante de R\$ 30.263.776,64., com base em um crescimento de 8,00%, resultando em um percentual de 39,60%, índice este, inferior ao limite máximo de gasto com pessoal estabelecido no art. 20 da LRF que é de 54%, inferior ao limite prudencial estabelecido através do Parágrafo Único do art. 22 da LRF que é de 51,30% e inferior ao limite máximo para emissão de parecer de alerta pelo Tribunal de Contas dos Estados, que é de 48,60, conforme Inciso II, parágrafo 1º, do art. 59 da LRF, conforme demonstrado a seguir:



PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIRACÚ

CALCULO E ESTIMATIVA DOS LIMITES LEGAIS			
ANO	RCL	GASTO COM PESSOAL	%
2018	37.333.060,26	17.072.099,55	45,73
2019	44.847.654,98	19.883.758,49	44,34
2020	48.400.198,31	21.225.532,71	43,85
2021	61.799.488,64	22.384.822,70	36,22
2022	66.125.452,84	25.686.537,20	38,85
2023	71.415.489,07	28.194.490,93	39,48
2024	76.414.573,31	30.263.776,64	39,60

Salientamos ainda que em todas as projeções, consideramos uma evolução conservadora da receita corrente líquida, objetivando garantir ao executivo municipal, o cumprimento dos limites máximos de gasto com pessoal estabelecido pela Lei de Responsabilidade Fiscal nº. 101/2000, além de termos considerado uma redução significativa no crescimento vegetativo da folha de pagamento. Apesar da receita está evoluindo ano após ano, projetamos um crescimento conservador da receita, abaixo da média histórica de evolução ocorrida, objetivando encerrarmos o exercício de 2022 em respeito ao equilíbrio fiscal estabelecido pela LRF.

Ainda em relação à receita corrente líquida, há de se considerar que, por força do Inciso IV do art. 2º da Lei Complementar Federal nº 101/2000, existem valores significativos arrecadados pelo município que são considerados na base de cálculo da receita e não podem ser utilizados para pagamento da folha de pessoal, gerando com isso, um descompasso financeiro para o município quitar as obrigações decorrentes da folha de pagamento.

Portanto, apesar da projeção de gasto com pessoal elaborada para 2022 e exercícios subsequentes, comportar a concessão do reajuste salarial anual dos profissionais do magistério do município de Ibiracú, no mesmo percentual de 5,00% concedido aos demais servidores municipais, é de fundamental importância que o gestor leve em consideração as receitas vinculadas que integram a RCL - Receita Corrente Líquida, pois as



PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIRACÚ

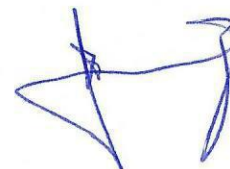
mesmas não poderão ser utilizadas para quitação da folha de pagamento de pessoal, como ocorre com os recursos dos royalties, podendo comprometer a liquidez financeira do município.

Com relação à previsão orçamentária de dotação para gasto com pessoal, a Lei Orçamentária Anual de 2022 prevê uma despesa total de gasto com pessoal de R\$ 28.995.553,00 do executivo municipal, valor este suficientemente capaz de dar cobertura ao montante da despesa de pessoal prevista para 2022.

Quanto às metas fiscais e as metas constantes do plano plurianual, podemos afirmar que a concessão do reajuste geral anual dos profissionais do magistério, não irá comprometer diretamente as metas de resultados fiscais estabelecidas na Lei de Diretrizes Orçamentária da Prefeitura de Ibiracú/ES para os exercícios de 2022, 2023 e 2024, mesmo não se concretizando a meta prevista de arrecadação de 2022.

IBIRACÚ-ES, 22 de agosto de 2022.


Luanna Mattiuzzi Bedoni
Secretária Municipal de Fazenda





PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIRACU

DECLARAÇÃO DE ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIO-FINANCEIRA

ANEXO - II

Na qualidade de Secretária Municipal de Finanças da Prefeitura Municipal de Ibiracu/ES, DECLARO para os devidos fins, especialmente os constantes da Lei Federal Complementar nº 101/2000, que a concessão do reajuste salarial anual de 5,00% para os profissionais do magistério da educação do município de Ibiracu, não irá comprometer a programação fiscal prevista no Plano Plurianual, Lei de Diretrizes Orçamentárias e Lei Orçamentária Anual.

No que se refere a previsão de gasto com pessoal, a lei orçamentária prevê saldo orçamentário suficientemente capaz de suportar o gasto com pessoal projetado para o exercício, evitando o comprometimento das metas fiscais estabelecidas.

Por fim, recomendamos ao gestor cautela na contratação ou elevação do gasto com pessoal através de contratações futuras de elevado valor, objetivando encerrarmos o exercício financeiro de 2022 e subsequentes, em respeito ao equilíbrio fiscal tão preconizado pela Lei de Responsabilidade Fiscal, em especial no tocante ao limite máximo de gasto com pessoal previsto no art. 20 da LRF, haja vista que diversas receitas que compõem a base de cálculo da receita corrente líquida, não poderão ser utilizadas para pagamento dos servidores.

IBIRACU-ES, 22 de agosto de 2022.


Luanna Mattiuzzi Bedoni
Secretária Municipal de Fazenda

